Parecer da Associação de Professores de Geografia

Exame Final Nacional de Geografia A
Prova 719 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2025
11.º Ano de Escolaridade

O presente documento sistematiza as principais apreciações e contributos críticos recolhidos pela Associação de Professores de Geografia relativamente ao Exame Final Nacional de Geografia A (Prova 719), realizado na 1.ª fase de 2025. As análises aqui apresentadas resultam da reflexão conjunta de professores, classificadores e associados, que procederam ao exame detalhado do enunciado, dos critérios de classificação e da aplicação da prova em contexto real. Importa destacar que, num contexto de retoma da obrigatoriedade de realização de duas provas específicas, a Geografia A foi escolhida por um número muito significativo de alunos, reforçando a relevância da disciplina no currículo nacional e reconhecendo o trabalho desenvolvido pelos docentes na valorização do ensino geográfico.

Estrutura e Organização da Prova

A estrutura do Exame Final Nacional de Geografia A mantém-se coerente com os modelos dos anos anteriores, quer na tipologia de itens que a constituem, quer pelos Critérios Específicos de Classificação apresentados. Destaca-se positivamente a continuidade da distinção entre itens obrigatórios e opcionais de tipologia distinta (seleção e construção), o que favorece uma avaliação mais equitativa e potencialmente mais representativa das competências dos alunos. A manutenção desta arquitetura contribui para a estabilidade e previsibilidade do exame, sendo considerada, em termos gerais, equilibrada, exequível e ajustada ao tempo disponível para a sua realização.

No cômputo geral, à exceção de alguns conceitos e itens a elencar na análise fina da prova, e independentemente do maior ou menor grau de complexidade inerente a cada item, considera-se que a prova avaliou de forma adequada os conhecimentos e competências consagrados nos documentos curriculares em vigor, homologados pelo Ministério da Educação, encontrando-se articulada com a informação-prova divulgada pelo IAVE, I.P..

APROFGEO
ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Associação de Professores de Geografia
Bairro da Liberdade, Rua C2, Lote 9 - Loja 13
1070-023 Lisboa
Telefone: (+351) 213861490 | Telemóvel: (+351) 935117956 Email: aprofgeo@gmail.com;
www.aprofgeo.pt; www.facebook.com/aprofgeo
Entidade com protocolo com o ME

Conteúdos e Processos Cognitivos

A prova abordou um conjunto diversificado de conteúdos curriculares, refletindo as Aprendizagens Essenciais e os Domínios de Aprendizagem da disciplina. Destaca-se positivamente o equilíbrio entre as componentes de Geografia Física e Humana, com pertinência de temas atuais como a demografia, os sistemas alimentares sustentáveis (Estratégia do Prado ao Prato), a transição energética (Plano Nacional de Energia e Clima), a seca meteorológica e a gestão dos recursos hídricos (ex.: bacia do Guadiana), o desenvolvimento transfronteiriço e os desafios territoriais europeus, o que contribui para uma avaliação mais atual, pertinente e contextualizada.

Quanto aos processos cognitivos mobilizados na resolução da prova, considera-se que o grau de complexidade é semelhante ao de edições anteriores, tendo em conta a obrigatoriedade de todos os itens de construção, a terminologia científica aplicada, o grau de exigência do conhecimento do território nacional e sua articulação com os conteúdos da disciplina. À semelhança da prova de EFNG A do ano anterior, salienta-se a valorização da tomada de posição fundamentada e da argumentação geográfica, particularmente quando articulada com especificidades regionais e locais. Estes itens exigem raciocínio espacial, pensamento crítico e capacidade de aplicar os saberes à análise territorial, o que reforça a importância da disciplina para a formação de uma cidadania territorial.

As perspetivas multiescalar e multifatorial, presentes na prova, permitiram a mobilização de processos cognitivos de complexidade distinta, privilegiando a inter-relação de conhecimentos bem como a interpretação dos respetivos suportes documentais.

A prova revelou sensibilidade a temas geográficos emergentes, como as alterações climáticas, a pressão hídrica no Algarve, os processos urbanos e suburbanos e o envelhecimento demográfico, refletindo a atualidade e relevância da Geografia enquanto ciência aplicada aos problemas do mundo contemporâneo.

Sobressai o item 5, dedicado à transição energética, como exemplo de bom enquadramento entre competências científicas, raciocínio estratégico e aplicação prática, convocando o aluno a pensar em soluções coerentes com metas de neutralidade carbónica. Com efeito, a inclusão de problemáticas interdisciplinares com impacte político, social, económico e ambiental contribui para um entendimento mais profundo e crítico do mundo atual, preparando os alunos para enfrentar os desafios do século XXI num contexto marcado pela complexidade e incerteza.

Associação de Professores de Geografia
Bairro da Liberdade, Rua C2, Lote 9 - Loja 13
1070-023 Lisboa
Telefone: (+351) 213861490 | Telemóvel: (+351) 935117956 Email: aprofgeo@gmail.com;
www.aprofgeo.pt; www.facebook.com/aprofgeo
Entidade com protocolo com o ME

Não obstante, regista-se a introdução de conceitos não explicitamente previstos nas Aprendizagens Essenciais de Geografia A, como 'humidade relativa', 'ponto de saturação', 'evapotranspiração potencial', entre outros. Esta situação gera alguma instabilidade entre os docentes e alunos, sendo desejável uma clarificação oficial sobre o leque de conceitos científicos passíveis de avaliação.

Salienta-se, ainda, a introdução de escalas regional e internacional, permitindo articular diferentes níveis espaciais e promover o pensamento geográfico multiescalar. No entanto, continua a ser desejável um maior investimento em itens que solicitem cruzamento de fontes e suportes, à semelhança do recomendado nas Aprendizagens Essenciais (análise de big data, webSIG, etc.).

Itens

A prova de EFNG A de 2025 manteve a estrutura das edições anteriores: 28 itens, dos quais 18 obrigatórios e 10 opcionais, contando os seis de melhor pontuação para a classificação final, permitindo alguma flexibilidade na avaliação dos conhecimentos dos alunos. A tipologia dos itens seguiu o padrão recente, com predominância de itens de seleção (escolha múltipla) e oito itens de construção (igual à na prova anterior), igualmente distribuídos pelos domínios de conteúdos.

Em termos de formulação, a prova é mais clara e direta do que a dos anos anteriores, promovendo a mobilização de conhecimentos e capacidades de interpretação, argumentação e tomada de posição.

Os itens de construção, apesar de bem enquadrados, continuam em parte a privilegiar a enumeração de medidas ou efeitos, sendo ainda escassa a solicitação de análise integrada de suportes múltiplos. Esta abordagem limita a oportunidade de os alunos demonstrarem uma compreensão mais profunda e integrada dos conteúdos, já que se foca mais na memorização e enumeração do que na capacidade de análise e síntese crítica. Sublinha-se, contudo, o esforço de desmultiplicação dos níveis de desempenho nos critérios específicos, o que permite maior objetividade na classificação.

A inclusão de questões que abordam características e problemas específicos à escala regional proporciona uma visão mais completa e diversificada do território nacional. Neste contexto, destaca-se positivamente a maior expressividade regional, evidenciada, entre outros, nos itens dedicados à região sul de Portugal continental. Este enfoque regional não só enriquece

Associação de Professores de Geografia
Bairro da Liberdade, Rua C2, Lote 9 - Loja 13
1070-023 Lisboa
Telefone: (+351) 213861490 | Telemóvel: (+351) 935117956 Email: aprofgeo@gmail.com;
www.aprofgeo.pt; www.facebook.com/aprofgeo
Entidade com protocolo com o ME

a prova, como também permite aos alunos demonstrar um entendimento mais profundo e contextualizado da Geografia de Portugal.

A formulação de alguns itens revelou alguma disparidade no grau de exigência. Destaca-se a questão 7.2, cujo enunciado solicitava para explicar a importância da cultura da pitaia para viabilidade económica de algumas explorações da região do Algarve, que apesar de ser simples e direto, a grande maioria dos alunos referiu que atendeu ao ´tendo em consideração da informação do Documento II´, que se encontrava no início da frase, cingindo a sua resposta à transcrição da informação do suporte textual e não explicou a sua menor dependência a fatores de produção. Sugere-se que, por um lado, em futuras redações de itens semelhantes que o ´tendo em consideração da informação do Documento …´ seja colocado no final da frase e, por outro lado, recomenda-se um trabalho prévio em sala de aula mais consistente face aos verbos de comando que se encontram nos enunciados dos itens.

Congratula-se a integração de conteúdos dos dois anos de escolaridade associados ao(s) mesmo(s) suporte(s), pois a análise de um território ou de uma situação-problema implica a mobilização dos vários saberes de forma articulada, refletindo a complexidade e interconexão dos fenómenos geográficos. Esta integração permite uma avaliação mais abrangente e holística das competências dos alunos, promovendo a capacidade de relacionar e aplicar conhecimentos de diferentes áreas de estudo.

Suportes (carto)gráficos

Os suportes gráficos, cartográficos e estatísticos apresentados foram, em geral, de boa qualidade e adequados à resolução dos itens. Destaca-se, positivamente, a utilização de fontes oficiais atualizadas (INE, IPMA, Eurostat, Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço), o que confere rigor e atualidade aos dados apresentados. A variedade de suportes documentais enriqueceu a prova e permitiu a mobilização de competências de competências de leitura, análise e cruzamento de diferentes tipos de documentos geográficos

Assinala-se, contudo, um pequeno reparo na redação de alguns textos apresentados nos suportes, nomeadamente no item dois (‘Web e mobile Cá se fazem’), cuja formulação poderá ser melhorada para assegurar maior correção linguística e clareza de leitura.

Sugere-se, ainda, uma atenção redobrada na representação cartográfica, particularmente no que se refere à legibilidade de limites e à sobreposição de elementos textuais nas figuras (como na Figura 5), evitando interferências na leitura espacial.

Tempo disponível para a realização do Exame Final Nacional

Contrariamente ao sucedido na edição anterior desta prova, alguns professores reportaram que o tempo para a realização da prova foi suficiente. Embora a perceção do tempo adequado possa variar entre diferentes alunos e professores, o *feedback* positivo indica uma evolução na preparação e execução do exame. Esta mudança deve ser reconhecida e mantida em edições futuras para assegurar que todos os alunos têm a oportunidade de demonstrar plenamente as suas competências geográficas.

Critérios de Classificação (CC)

Cotação/Valoração

Comparativamente aos CC estabelecidos no ano letivo anterior, mantem-se o número de itens obrigatórios e a inserção de itens de construção neste conjunto, contribuindo para um maior grau de exigência e seriação dos alunos.

Verificou-se uma preocupação com a valoração diferenciada dos itens, atribuindo-se uma cotação superior a dois itens de construção (2. e 5.), associados a competências de pensamento crítico e estratégico, idealmente suportadas por uma explanação clara, coerente, organizada e mobilizadora de vocabulário geográfico cientificamente correto. Em todo o caso, não é compreensível o critério de atribuição de igual valoração a todos os restantes itens, uma vez que, os itens 4.3. e 6.5., apresentam um nível de complexidade cognitivo mais exigente no âmbito da análise/fundamentação de uma situação-problema. Em conformidade com o exposto, entende-se que os itens deveriam ter uma valoração superior à que foi considerada.

Critérios de Classificação

Os Critérios Específicos de Classificação foram, na generalidade, claros e alinhados com o nível de complexidade dos itens. Os descritores de desempenho dos itens de construção revelaram maior cuidado, permitindo distinguir adequadamente níveis de qualidade científica e de comunicação.

No entanto, tal como já assinalado em anos anteriores, subsistem situações de ambiguidade nos parâmetros de linguagem científica, que poderão beneficiar de uma revisão futura para assegurar maior coerência interna (por ex., a possibilidade de uma explicação ser considerada adequada apesar de apresentar falhas científicas). Não é exequível que uma explicação seja considerada adequada se a linguagem científica utilizada apresentar falhas. A explicação de

um elemento geográfico, como uma medida ou impacte, deve necessariamente estar associada a uma terminologia científica correta. Esta dissociação entre a adequação da explicação e a precisão científica é pedagogicamente incoerente e compromete a objetividade da avaliação. Defende-se, por isso, que a terminologia científica correta deve ser condição necessária para a validação de uma resposta explicativa, sobretudo nos itens em que se exige argumentação fundamentada.

Para os cinco itens de construção (todos de carácter obrigatório), merece destaque a desmultiplicação das pontuações com base em níveis de desempenho claramente definidos, o que reforça a equidade e a transparência do processo classificativo e permite aos alunos uma valorização diferenciada das suas competências.

Considerações finais

A Prova 719 de 2025 manteve-se globalmente consistente, alinhada com o perfil das Aprendizagens Essenciais, proporcionando aos alunos a oportunidade de demonstrarem o seu conhecimento, pensamento geográfico e competências argumentativas.

Reforça-se, para edições futuras, a importância de:

- Introduzir maior articulação interanual de conteúdos (10.º e 11.º anos);
- Estimular o cruzamento de fontes e suportes diversificados;
- Integrar problemáticas atuais de maior complexidade territorial (migrações, geopolítica europeia, riscos naturais, cidades resilientes);
- Clarificar os descritores de linguagem científica nos critérios de classificação.

A decisão de manter a estrutura do ano anterior reflete uma continuidade que proporcionou acessibilidade à prova, com temas e conteúdos que são, habitualmente, trabalhados em sala de aula. A prova continua a ser representativa dos conteúdos constantes dos documentos orientadores da disciplina. Tanto a escolha dos temas a testar, como a formulação dos itens são um reflexo significativo das competências associadas aos domínios de aprendizagem 'Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português', 'Problematizar e debater as interrelações no território português e com outros espaços' e 'Comunicar e participar'.

É de louvar a presença de itens que apelam à tomada de posição fundamentada e à argumentação territorial, tendo por base dados ou contextos regionais. Estes itens valorizam a mobilização de raciocínio crítico e evidenciam o contributo formativo da Geografia na construção de uma cidadania territorial informada. Apesar desta consideração, e para

Associação de Professores de Geografia
Bairro da Liberdade, Rua C2, Lote 9 - Loja 13
1070-023 Lisboa
Telefone: (+351) 213861490 | Telemóvel: (+351) 935117956 Email: aprofgeo@gmail.com;
www.aprofgeo.pt; www.facebook.com/aprofgeo
Entidade com protocolo com o ME

exponenciar o valor da disciplina ao nível do seu contributo no planeamento e ordenamento do território, sugere-se a formulação de itens de modo a ser possível aferir a capacidade de o aluno retirar informação de um conjunto combinado de suportes (extraída de *bigdata* e *websig*, tal como preconizado nas Aprendizagens Essenciais), analisá-la e identificar medidas de mitigação e de adaptação face a cenários futuros.

Não obstante do que foi referido anteriormente, face ao conjunto de competências e conteúdos testados nesta prova, e considerando a sua reconhecida adequação às práticas letivas referidas por numerosos docentes, seria expectável, em relação aos anos anteriores, uma ligeira subida da média final dos resultados. Contudo, importa sublinhar que a estrutura com predominância de itens de seleção (20 em 28) poderá ser percecionada, de forma algo enviesada, como traduzindo um certo facilitismo e uma maior probabilidade de acerto por mera dedução. Por outro lado, a não resposta aos itens de construção, ou a elaboração de respostas incompletas e desajustadas ao solicitado, poderá ter um impacte negativo na classificação, reforçando a importância de um trabalho sistemático em sala de aula sobre a interpretação rigorosa dos enunciados e o domínio da argumentação geográfica fundamentada.

Por fim, a Associação de Professores de Geografia congratula todos os alunos e docentes pelo trabalho desenvolvido, continuando a acompanhar com interesse e rigor o processo de avaliação externa da disciplina.

Lisboa, 10 de julho de 2024

Ana Cristina Câmara
Presidente da Direção

APROFGEO
ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Associação de Professores de Geografia
Bairro da Liberdade, Rua C2, Lote 9 - Loja 13
1070-023 Lisboa
Telefone: (+351) 213861490 | Telemóvel: (+351) 935117956 Email: aprofgeo@gmail.com;
www.aprofgeo.pt; www.facebook.com/aprofgeo
Entidade com protocolo com o ME